

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.329 - CE (2019/0154860-5)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : PAULO ROBERTO ALVES SILVA**  
**ADVOGADO : JOSE MARDONES NASCIMENTO DA SILVA - CE015768**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por PAULO ROBERTO ALVES SILVA contra decisão proferida no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ – TJCE que não admitiu o seu recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal – CF.

Consta dos autos que o agravante foi condenado pela prática dos delitos tipificados no artigos 302 e 306, ambos da Lei n. 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), na forma do art. 69 do Código Penal – CP, à pena de 2 anos e 6 meses de detenção, em regime inicial aberto, substituída por restritivas de direitos, 1 ano de suspensão do direito de dirigir, 30 dias-multa, e reparação mínima prevista no art. 387, IV, do Código de Processo Penal – CPP no valor de R\$4.000,00 (fls. 291/293).

A Defesa interpôs recurso de apelação que foi parcialmente provido para excluir a reparação mínima. O acórdão ficou assim ementado (fl. 369):

*APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES DE TRÂNSITO. ARTS. 302 E 306 DO CTB. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. INOCORRÊNCIA. REPARAÇÃO DE DANOS. ART. 387, IV, DO CPP. NECESSIDADE DE PEDIDO EXPRESSO NA INICIAL. PRECEDENTES DO STJ. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*1. A materialidade e a autoria dos crimes previstos nos arts. 302 306, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, restaram devidamente comprovadas pela prova produzida durante a instrução criminal. O exame de corpo de delito (cadavérico), o laudo de exame em acidente de trânsito e o teste de alcoolemia, corroborados pela prova testemunhai, mostram-se hábeis para atestar os fatos narrados na denúncia.*

*2. Não restou caracterizada a culpa exclusiva da vítima. Ao contrário, o laudo de exame em acidente de trânsito informa que a vítima já havia feito cerca de 80% da travessia e que o condutor*

*do veículo não estava atento às condições do tráfego, além de estar sob efeito de álcool, conforme registrado no teste de alcoolemia.*

3. *Não havendo pedido expresso na denúncia, resta inviável a condenação para reparação dos danos causados pela infração, prevista no art. 387, IV, do CPP, sob pena de afronta à ampla defesa e ao contraditório. Precedentes do STJ.*

4. *Recurso a que se dá parcial provimento.*

Embargos de declaração opostos pela defesa foram rejeitados, conforme acórdão de folhas 407/412.

Em sede de recurso especial, a defesa alegou violação ao artigo 302 do CTB porque a condenação foi mantida pelo Tribunal de origem, embora não comprovado o elemento culposos. Destaca que o TJCE atribuiu imprudência ao recorrente apenas por conduzir o veículo sob efeito de álcool, deixando de observar o art. 18, II, do CP.

Em seguida, a defesa sustentou violação ao art. 306 do CTB com redação dada pela Lei n. 12.760/12, pois o Tribunal de origem manteve a condenação apenas com base em condução de veículo com concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue, sem comprovação da capacidade psicomotora alterada por meio de exame clínico, de perícia, de vídeos ou de testemunhas.

Por fim, invoca concessão de ordem de ofício para se aplicar o princípio da consunção entre os delitos dos artigos 302 e 306, ambos do CTB, embora a questão não tenha sido debatidas nas instâncias ordinárias, aplicando a Súmula 456 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF.

Requeru absolvição ou reconhecimento da consunção com manutenção da condenação apenas pelo delito do art. 302 do CTB.

Contrarrazões (fls. 399/404)

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista: a) o óbice do revolvimento fático-probatório, conforme Súmula 7 do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ; e b) ausência de prequestionamento, conforme súmula 211 do STJ (fls. 406/409).

Em agravo em recurso especial, a defesa refuta os referidos óbices (fls. 414/419).

Contraminuta (fls. 425/429).

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF opinou pelo não desprovemento do agravo em recurso especial (fls. 441/445).

É o relatório. Decido.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Sobre a violação do artigo 302 do CTB, o Tribunal de origem, ao contrário do que alegou a defesa, além de destacar a influência de álcool, analisou os elementos de prova para manter a condenação. Cito o trecho:

*No tocante ao crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor o fato de o apelante estar conduzindo o veículo sob efeito de bebida alcoólica já seria suficiente para caracterizar a culpa pelo acidente que acarretou a morte da vítima, porquanto ao conduzir o veículo com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool agiu de forma imprudente, restando demonstrado pelo próprio resultado fatídico que o recorrente não possuía o domínio de seu veículo, dirigindo-o sem a atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito.*

*Por outro lado, o réu não comprovou a versão de que a vítima adentrou abruptamente na via, indo de encontro ao veículo conduzido pelo acusado, sendo certo que para o reconhecimento da existência de causa excludente do nexo causai, concernente à culpa exclusiva da vítima, incumbe ao apelante a prova da alegação, a teor do disposto no art. 156 do Código de Processo Penal, o que não ocorreu no caso concreto.*

*Ao contrário, pelo que se extrai do exame de corpo de delito de fls. 162, em cotejo com o laudo de exame em acidente de trânsito de fls. 144/148, todas as lesões sofridas pela vítima concentraram-se no seu lado direito, corroborando com a versão acusatória de que a vítima estava finalizando a travessia da avenida, no sentido Oeste para Leste, quando foi atingido pela motocicleta do réu, que trafegava no sentido Sul para Norte.*

*Assim, independente de ter a vítima ingerido ou não bebida alcoólica, ou que não tenha atentado para as condições de tráfego, o fato de estar finalizando a travessia, já tendo feito cerca de 80% do percurso quando foi atingido, comprova que o condutor da motocicleta também não estava atento às condições de tráfego disposta à sua frente, conforme concluíramos peritos, restando devidamente caracterizada a culpa do réu, neste particular, por negligência (Fl. 371).*

De fato, para se concluir de forma diversa do entendimento do Tribunal de origem, seria inevitável o revolvimento das provas carreadas aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial. A referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, *verbis*: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Confiram-se, nesse sentido, os precedentes desta Corte:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. INTERPOSIÇÃO DE MAIS DE UM RECURSO CONTRA A MESMA DECISÃO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES. LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. ARTS. 302, § 1.º, INCISO IV, C.C O ART. 303, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI N.º 9.503/97). PLEITO ABSOLUTÓRIO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. REEXAME DO CONTEÚDO FÁTICO. IMPOSSIBILIDADE. VERBETE SUMULAR N.º 07 DESTA CORTE SUPERIOR. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*[...]*

*2. Tendo o acórdão recorrido considerado suficientes as provas de autoria e materialidade para a condenação do Agravante, infirmar tais fundamentos com o escopo de absolvê-lo por insuficiência probatória é inviável no âmbito desta Corte Superior de Justiça, pois implicaria o reexame fático-probatório, o que atrai o óbice da Súmula n.º 7 desta Corte.*

*3. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1292791/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 26/11/2018).*

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 302 CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 155 DO CPP. NÃO CONFIGURADO. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. A condenação da recorrente pelo cometimento do crime do 302 do Código de Trânsito Brasileiro foi fundamentada nas provas judicializadas carreadas aos autos.*

*[...]*

*3. Para alterar a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias e decidir pela absolvição da recorrente, demandaria, necessariamente, revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento que encontra óbice na Súmula 7/STJ, que*

*dispõe: "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."*

4. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 1220472/PI, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018).

Sobre a violação ao art. 306 do CTB, o Tribunal de origem destacou que o teor de álcool por litro de ar alveolar enquadrava a conduta na figura típica do referido dispositivo. Cito o trecho:

*Quanto ao delito de conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, o exame de alcoolemia de fls. 57 não deixa margem a controversas, inclusive quanto ao teor de 0,67mg de álcool por litro de ar alveolar, restando caracterizada quantum satis e estreme de dúvidas a infração ao art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, bem assim, neste particular, a culpa do réu pela causação do acidente por imprudência.*

*Acerca da adequação típica da conduta, impende registrar que da simples leitura do disposto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro se extrai que o fato de conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência será constatado por concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar; OU sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora (Fl. 372).*

No mesmo sentido, está a jurisprudência desta Corte, eis que o delito é de perigo abstrato. Cito precedente:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ENUNCIADO N. 182 DA SÚMULA DO STJ. INSURGÊNCIA NÃO CONHECIDA.*

*[...]*

*APELO NOBRE FULCRADO NA ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COMPROVAÇÃO. COTEJO ANALÍTICO. NECESSIDADE.*

*[...]*

*EMBRIAGUEZ AO VOLANTE . PLEITO ABSOLUTÓRIO. ATIPICIDADE DA CONDUTA. AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA DA CONDUTA DO ACUSADO. DESNECESSIDADE. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. REEXAME DE MATÉRIA FATICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.*

*1. O crime do artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro*

*é de perigo abstrato, dispensando-se a demonstração da efetiva potencialidade lesiva da conduta daquele que conduz veículo em via pública com a concentração de álcool por litro de sangue maior do que a admitida pelo tipo penal. Precedentes.*

*2. Concluindo o Tribunal de origem, com base no arcabouço probatório existente nos autos, acerca da materialidade e autoria do delito imputado, tendo em vista que ficou comprovado que o sentenciado conduzia veículo automotor em via pública com a concentração de álcool por litro de sangue superior a 6 decigramas, mostra-se incabível o pleito de absolvição formulado pelo agravante.*

*3. Diante de tal cenário, para se acolher a pretensão recursal, no sentido de absolver o insurgente por atipicidade na conduta, desconstituindo, com isso, as premissas fixadas no acórdão recorrido, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável na via eleita, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ.*

*PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA (LEI N. 1.060/50). REQUISITOS PARA CONCESSÃO. NECESSIDADE DE INCURSÃO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. VERBETE N. 7/STJ.*

*[...]*

*2. Agravo não conhecido (AgRg no AREsp 1241914/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018).*

Sobre a aplicação do princípio da consunção, o Tribunal de origem não analisou a questão. Assim, o recurso não deve ser conhecido em razão da ausência de prequestionamento, motivo pelo qual incidentes, por analogia, as Súmulas 282 e 356 do STF. No mesmo sentido, cito precedente:

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AOS ARTS. 4º, CAPUT, DA LEI Nº 7.492/86, E 62, I, DO CP. TESE JURÍDICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 4º, CAPUT, E 25, AMBOS DA LEI Nº 7.492/86. CRIME DE GESTÃO FRAUDULENTA. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE TERCEIRO NO DELITO. ART. 29 DO CÓDIGO PENAL. ARESTO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STJ. CONTRARIEDADE AO ART. 59 DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. Para que se configure o prequestionamento, há que se*

*extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal. (AgRg no AREsp 454.427/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 19/02/2015)*

*[...]*

*5. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 1061456/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 28/11/2017).*

Ressalte-se que o prequestionamento é necessário também para o reconhecimento de nulidades absolutas e matérias de ordem pública. Cito precedente:

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL QUE NÃO IMPUGNOU OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ QUANTO À MATÉRIA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. INÉPCIA DA DENÚNCIA. TESE SUPERADA COM A SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA 568/STJ. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO, E NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.*

*[...]*

*2. Mesmo se tratando de nulidades absolutas e condições da ação, é imprescindível o prequestionamento, pois este é exigência indispensável ao conhecimento do recurso especial, fora do qual não se pode reconhecer sequer matéria de ordem pública, passível de conhecimento de ofício nas instâncias ordinárias. Súmulas 282/STF e 356/STF.*

*[...]*

*4. Agravo regimental parcialmente conhecido, e nessa extensão, não provido (AgRg no AREsp 1229976/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 29/06/2018).*

Diante do exposto, admito o agravo em recurso especial, conheço em parte do recurso especial e, com fundamento na súmula 568 do STJ, nego provimento ao recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator